



Defining Technology

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Aprovado na reunião do Conselho Geral de 12 de abril de 2023

Índice

1	Órgãos Sociais	2
2	Constituição e Objetivos	3
3	Caracterização da Instituição	4
4	Análise Económica e Financeira	6
	Enquadramento Macroeconómico	6
	Desempenho Operacional e Resultados	7
	Análise Financeira	8
5	Perspetivas de Evolução a Médio Prazo	10
6	Proposta de Aplicação de Resultados	12
7	Considerações Finais	12
8	Demonstrações Financeiras	13
	Balanço	14
	Demonstrações dos Resultados por Naturezas	15
	Demonstrações de Alterações de Fundos Patrimoniais	16
	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
9	Relatórios de Auditoria	38

1 Órgãos Sociais

CONSELHO GERAL

Presidente da Mesa	Prof. Doutor Rogério Anacleto Cordeiro Colaço (Em representação do associado IST)
Primeiro Secretário	Prof. Doutor Luís Eduardo Teixeira Rodrigues (Presidente do Conselho Científico)
Segundo Secretário	Prof. Doutor Arlindo Manuel Limede de Oliveira (Em representação do associado INESC)

DIREÇÃO

Presidente	Prof ^a Doutora Maria Inês Camarate de Campos Lynce de Faria
Vogais Executivos	Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho Prof ^a Doutora Susana de Almeida Mendes Vinga Martins Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma

CONSELHO FISCAL

Presidente	Prof. Doutor João Manuel Ricardo Catarino
Vogal	Prof ^a Doutora Maria Isabel Marques Dias
Revisor Oficial de Contas	Grant Thornton – SROC, Lda, representada pelo Prof. Doutor Vítor Domingos Seabra Franco

2 Constituição e Objetivos

O INESC-ID é uma instituição dedicada à Investigação & Desenvolvimento e Inovação (I&D+i) avançados nas áreas de Ciências da Computação, Eletrotécnica e Engenharia de Computadores. O INESC-ID foi criado em julho de 1999, como resultado da reorganização das atividades de I&D da sua instituição-mãe, o INESC, em Lisboa. Dessa reorganização foram criados cinco institutos: INESC-ID, o INOV, o INESC-MN, o INESC TEC e o INESC Coimbra.

É uma associação privada sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, por despacho do Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro de 3 de setembro de 2003, publicado na II Série do Diário da República de 27 de setembro de 2003. Foi ainda reconhecida ao INESC-ID idoneidade em material de I&D, pelo Despacho Conjunto nº 682/2002 dos Ministérios da Economia e da Ciência e da Tecnologia, publicado em Diário da República, II série, de 3 de setembro de 2002. Em 3 de Dezembro de 2004, por despacho da Senhora Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o INESC-ID assumiu o Estatuto de Laboratório Associado, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 125/99 de 20 de abril, substituído durante o ano de 2019 pelo Decreto-Lei nº 63/2019 de 16 de maio. O INESC-ID renovou o seu estatuto de Laboratório Associado em 2021, por um período de 10 anos.

O INESC-ID possui ainda o reconhecimento da sua atividade científica para efeitos de Mecenato Científico.

Os seus associados são:

- IST - Instituto Superior Técnico (51%);
- INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (49%).

De acordo com o Artigo 2º dos Estatutos, o INESC-ID tem como objeto o exercício da atividade de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, cobrindo também a prestação de serviços tendo em conta a realização de investigação científica e tecnológica de base nas áreas a que se dedica. Promove, também, a transferência de conhecimentos e a utilização de tecnologias avançadas por empresas e instituições, estabelecendo contratos-programa com entidades públicas ou privadas, visando intervenções estruturadas e programáticas de médio e longo prazo. Atua, ainda, na formação de recursos humanos qualificados, através de cursos especializados, estágios e apoio à realização de trabalhos de mestrado e doutoramento. Complementarmente, realiza uma importante atividade de disseminação do conhecimento, publicando os resultados da investigação a que se dedica e difundindo a cultura científica e tecnológica nas suas áreas de atuação, permutando informação científica e técnica com outras instituições, promovendo o debate e a divulgação de resultados através da organização de colóquios, seminários e conferências.

Os objetivos estratégicos para o período 2020-2030, bem como a caracterização geral da instituição, encontram-se descritos em detalhe no relatório de atividades do ano em análise. Estes incluem:

- Continuar e expandir a implantação de projetos interdisciplinares;
- Reforçar as infraestruturas experimentais;

- Aumentar ainda mais a internacionalização, aumentando a participação em redes de investigação e aumentando o número de alunos internacionais de doutoramento e pós-doutoramento;
- Aumentar também o número de atividades em curso de transferência de tecnologia;
- Continuar a servir como um dos maiores contribuidores de pessoas qualificadas (BSc, MSc e PhD), em cooperação com as instituições de ensino superior;
- Melhorar o número e as qualificações dos colaboradores que apoiam a atividade de I&D+i;
- Continuar a melhorar os seus mecanismos internos de avaliação da qualidade.

3 Caracterização da Instituição

A atividade do INESC-ID, no exercício em análise, foi estruturada em quatro grandes linhas temáticas:

- Transformação e Cidadania Digital
- Tecnologias da Vida e da Saúde
- Transição Energética
- Segurança e Privacidade

As quatro linhas temáticas descritas promovem sinergias entre as 11 áreas científicas e procuram enfrentar os atuais desafios sociais. São elas:

- Inteligência artificial para os indivíduos e a sociedade
- Raciocínio automático e software confiável
- Redes de comunicação
- Sistemas distribuídos, paralelos e seguros
- Interação e gráficos
- Energia verde e conversores inteligentes
- Arquiteturas e sistemas de computação de alto desempenho
- Tecnologias da língua e da fala
- Sistemas de informação e de apoio à decisão
- Sistemas e circuitos nano-eletrónicos
- Sistemas sustentáveis de potência

O INESC-ID posiciona-se, assim, como uma instituição com elevado impacto social, disponibilizando um número significativo de serviços e produtos para a comunidade. Para o efeito, é privilegiado e promovido

o diálogo permanente entre a indústria, a investigação e a academia, através da formalização das diferentes formas de cooperação que o INESC-ID tem estabelecido com diversas entidades, nomeadamente no que concerne a recursos humanos, infraestruturas e partilha de know-how.

Para além das parcerias formais, destaca-se ainda um elevado número de acordos de cooperação com outras instituições e empresas, quer no âmbito dos projetos de investigação, quer através de contratos de prestação de serviços.

Em dezembro de 2022, pertenciam ao Conselho Científico do INESC-ID (CCIL) um total de 160 investigadores:

128 Investigadores com doutoramento, e

32 investigadores com agregação

Para além dos membros do CCIL, colaboram ainda com a instituição:

13 investigadores com agregação,

25 Investigadores com doutoramento, e

192 Investigadores com mestrado ou licenciatura.

O corpo de investigadores é constituído principalmente por docentes do IST, pertencentes aos Departamentos de Engenharia Informática (DEI), Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (DEEC), Departamento de Matemática (DM), Departamento de Bioengenharia (DBE) e Departamento de Engenharia Civil (DCivil) sendo distribuídos da seguinte forma:

- DEI: 69 docentes
- DEEC: 45 docentes;
- DM: 1 docente;
- DBE: 1 docente;
- DCivil 1 Docente.

(incluem-se investigadores ativos, investigadores reformados, investigadores eméritos e colaboradores externos)

Na presente data, o INESC-ID tem diversos Third Party Agreements (e outras parcerias) para efeitos de cedência de investigadores que realizam o seu trabalho no âmbito das atividades e nas instalações do INESC-ID, de que o Instituto Superior Técnico é exemplo, entre outras instituições.

Os bolsheiros integrados na equipa são, maioritariamente, financiados pela FCT (diretamente ou através de bolsas integradas em projetos de investigação) e no âmbito de projetos europeus.

Em 2022, o financiamento do INESC-ID proveio essencialmente das seguintes fontes relacionadas com a atividade operacional:

Contratos de I&D com empresas e instituições nacionais e estrangeiras, no valor de 730 mil Euros;

Subsídios de instituições nacionais, no montante de 2 810 mil Euros;

Projetos de investigação internacionais efetuados em parceria com outras instituições de I&D e empresas nacionais e estrangeiras, de entre os quais sobressaem os projetos financiados pela Comunidade Europeia, no valor 1 124 mil Euros;

Subsídios ao investimento no montante de 228 mil Euros;

Proveitos de conferências no montante de 123 mil Euros.

4 Análise Económica e Financeira

Enquadramento Macroeconómico

Depois da queda histórica do produto interno bruto (PIB) em 2020 (-8,4%), e do início do período de recuperação em 2021 (+5,5%), a economia portuguesa expandiu de forma expressiva em 2022, com o PIB a crescer 6,7%, acima da média europeia da área do euro neste ano (3,4%).

De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o ritmo de crescimento deverá abrandar para 1,8% em 2023 e depois estabilizar em torno de 2% em 2024 e 2025.

Para o crescimento do PIB contribuíram um aumento do consumo privado de 5,7%, e das exportações de 16,7%, refletindo uma forte recuperação do setor do turismo.

O nível de emprego teve igualmente um desempenho positivo, com um acréscimo, pelo segundo ano consecutivo, em torno dos 2%.

Por seu lado, o investimento, após a aceleração em 2021, teve um crescimento mais contido em 2022, de 2,7%, condicionado pelo contexto de guerra na Europa, de crise energética e nos abastecimentos e preços de matérias-primas.

Como fator negativo, a taxa de inflação situou-se em 7,8%, de acordo com os dados do INE, muito acima do valor de 2021 (1,3%), e o valor mais alto dos últimos 30 anos, com impacto na subida das taxas de juro. Este fator levou à deterioração do consumo privado já nos últimos meses de 2022, e à adoção de medidas públicas de apoio às famílias para mitigar os seus efeitos.

Embora os desenvolvimentos da economia no curto e médio prazo estejam condicionados por um conjunto elevado de incertezas, espera-se que, as medidas globais de moderação da inflação, a normalização das cadeias de abastecimento, e em particular o recebimento dos fundos europeus ligados ao Plano de Recuperação e Resiliência, conduzam à recuperação da confiança dos agentes económicos e manutenção das expectativas de crescimento para o período 2023-2025.

DF
 Me
 "D"
 11/17
 5

Desempenho Operacional e Resultados

O exercício de 2022 registou globalmente um ligeiro crescimento da atividade, tendo os rendimentos totais passado de 5.184 mil euros em 2021 para 5.217 mil euros em 2022 (mais cerca de 1%). Em termos de Rendimentos Operacionais, constituídos pelo conjunto de Prestações de serviços e Projetos de I&D cofinanciados (Subsídios à Exploração), o crescimento foi da ordem de 3%.

O Resultado líquido alcançado no exercício, e o Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos ("EBITDA"), apesar de uma redução em comparação com 2021, mantiveram-se equilibrados, registando valores positivos de 15 mil euros e de 252 mil euros, respetivamente.

Em termos económico-financeiros, a situação do INESC-ID, manteve a tendência de aumento da atividade dos últimos anos, num quadro de estabilidade financeira, à luz de diversos indicadores que se apresentam no quadro abaixo:

Informação Financeira		(Milhares de Euros)			
	2022	2021	2019	2018	
Rendimentos totais	5 217	5 184	4 542	3 011	
('EBITDA')	252	335	277	167	
('EBIT')	18	59	46	13	
Resultado líquido	15	54	42	12	
Ativo líquido	8 266	6 813	6 851	6 245	
Capital próprio	1 177	1 370	1 271	1 276	
Investimento	286	244	162	85	

No que se refere à repartição dos Rendimentos por atividades, quer a componente de Prestações de serviços, quer a de Projetos de I&D (Subsídios à exploração), registaram uma evolução positiva, com acréscimos de cerca 4% e 2% , relativamente ao ano anterior, respetivamente:

Rendimentos		(Milhares de Euros)		
	2022	2021	Var.22/21	Δ%
Rendimentos operacionais				
Vendas e Prestação de Serviços	760	730	30	4
Subsídios à Exploração	4 031	3 934	97	2
Outros Rendimentos	423	480	-56	-12
Rend. financeiros e Ganhos associadas				
	3	41	-37	-92
Rendimentos totais	5 217	5 184	33	1

Inf
W
P
nos
R.

A atividade de Projetos I&D cofinanciados (Subsídios à Exploração) representa a principal componente dos Rendimentos operacionais totais (cerca de 77% em 2022), registando aumentos, em relação a 2021, quer nos Projetos nacionais (mais 67 mil euros) que nos Projetos europeus (mais 30 mil euros).

Os Outros Rendimentos totalizaram 423 mil euros, destacando-se, por um lado, uma redução no valor referente à realização de conferências (menos 81 mil euros) e nos subsídios ao investimento reconhecidos no exercício (menos 83 mil euros), e, por outro, um aumento proveniente de doações recebidas pela instituição no montante de 167 mil euros.

Neste exercício, ao contrário do ano anterior, não se verificaram distribuições de dividendos por parte de participadas do INESC-ID, o que traduz uma redução nos Ganhos referentes a associadas de 40 mil euros.

No capítulo dos Gastos, registou-se em síntese a seguinte evolução:

Gastos		(Milhares de Euros)		
	2022	2021	Var.22/21	Δ%
<i>Gastos operacionais</i>				
Fornec. e Serviços Externos	2 141	1 817	323	18
Gastos com Pessoal	2 631	2 905	-274	-9
Amortizações e Depreciações	234	276	-42	-15
Outros gastos	190	126	64	51
<i>Gastos financeiros</i>				
	6	6	0	1
<i>Gastos totais</i>	5 202	5 130	72	1

Os Gastos totais (5 201 mil euros) mantiveram-se praticamente estáveis em relação ao ano anterior.

Os Gastos com Pessoal atingiram 2,6 milhões euros, refletindo uma diminuição de 9% face a 2021, decorrente da redução do nº de contratados ao longo do ano, associada ao fim do ciclo dos programas de financiamento dos projetos de I&D. Contudo, perspetiva-se uma recuperação dos valores anteriores, por via dos novos contratos no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência.

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 18%, sobretudo relacionado com a retoma de viagens no âmbito da execução de projetos, no pós-pandemia, tendo os respetivos gastos passado de 98 mil euros em 2021 para 512 mil euros em 2022.

Análise Financeira

A situação financeira do INESC ID manteve-se equilibrada em 2022. A estrutura patrimonial refletida no Balanço a 31 de dezembro 2022 é, em síntese, a seguinte:

20
 15
 87

Balanço		(Milhares de Euros)		
	2022	2021	Δ %	
Ativos fixos	439	412	7%	
Ativos correntes				
Dívidas correntes a receber	2 665	3 116	-14%	
Diferimentos	25	13	101%	
Disponibilidades	5 135	3 272	57%	
Total do Ativo	8 266	6 813	21%	
Passivo não corrente (Provisões)	657	641	2%	
Passivos correntes				
Dívidas correntes a pagar	2 507	1 436	75%	
Dívidas por financiamentos obtidos	0	0	-	
Diferimentos	3 925	3 366	17%	
Total do Passivo	7 089	5 443	30%	
Total dos Fundos Patrimoniais	1 177	1 370	-14%	
Indicadores				
Autonomia Financeira	14%	20%	-29%	
Liquidez Geral	122%	133%	-9%	

No Ativo, as Dívidas correntes a receber diminuíram em cerca de 14% face ao ano anterior. Esta rúbrica integra sobretudo os montantes a receber das entidades financiadoras relativamente à execução dos projetos de I&D nacionais e europeus, que totalizam 2,2 milhões de euros, tendo reduzido em relação a 2021 em cerca de 0,4 milhões euros, decorrente do ciclo de vida normal destas operações, que se aproximam da fase final dos respetivos programas.

A situação de tesouraria manteve-se positiva, com as disponibilidades a atingirem os 5,1 milhões euros, representando cerca de 62% do Ativo total. O aumento de disponibilidades está em parte relacionado, quer com os adiantamentos recebidos para execução de projetos registados em Diferimentos no Passivo, quer com verbas a entregar a parceiros de projetos coordenados pelo INESC ID. Estas últimas integram o saldo de Dívidas correntes a pagar, tendo passado de 502 mil euros em 2021 para 1 169 mil euros em 2022.

No Passivo não corrente, mantem-se a provisão relativa ao Imposto de valor acrescentado, no valor de 579 mil euros, aguardando-se para breve o desfecho do respetivo processo judicial em curso.

Do lado das origens de fundos, o balanço evidencia a capacidade de autofinanciamento do INESC ID, sem necessidade de recurso a qualquer endividamento financeiro para a realização das atividades de investigação.

No exercício, o INESC ID procedeu à restituição de Prestações acessórias ao associado INESC, no montante de 125 mil euros. Esta operação, a par do movimento referente à amortização de subsídios ao

investimento de anos anteriores, refletiram-se numa redução do valor dos Fundos Patrimoniais registados no Balanço, de cerca de 14%.

5 Perspetivas de Evolução a Médio Prazo

O INESC-ID alcançou a classificação de Excelente na última avaliação realizada pela FCT, o que lhe tem garantido um nível de financiamento plurianual FCT para o período 2020-2023 (e entretanto alargado também a 2024) muito semelhante ao que tem recebido por via desta fonte de financiamento em ciclos anteriores. A este financiamento acresce ainda o financiamento proveniente da renovação do estatuto de Laboratório Associado, em 2021.

No total, em 2022, o INESC-ID teve em execução 72 projetos nacionais, 21 projetos internacionais e 30 contratos bilaterais. Em particular, foram iniciados 8 novos projetos nacionais, 5 projetos internacionais, e 7 contratos bilaterais. Foram ainda iniciados (ou estão em fases finais de contratualização) 5 projetos financiados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a que corresponde um montante total financiado que excede os 10 milhões de euros. Por conseguinte, estes indicadores mostram o elevado grau de empenho dos investigadores da instituição, apesar da forte concorrência e da fraca taxa de aprovação nos últimos concursos de financiamento, com um cariz altamente competitivo.

O atual ciclo de crescimento da atividade do INESC-ID iniciou-se em 2019. Desde essa altura, tem-se observado a manutenção de uma fase caracterizada por um forte dinamismo e um consolidado aumento não só dos indicadores que aferem a criação de conhecimento (principal objetivo da instituição), mas também dos indicadores relacionados com a capacidade dos seus investigadores em procurar meios de financiamento do seu trabalho de investigação.

Para alcançar este objetivo, o INESC-ID tem vindo a adotar uma estratégia de gestão baseada na captura de financiamento europeu como forma de cimentar a sua afirmação científica no panorama europeu e de garantir estabilidade no seu financiamento. Neste sentido, apostou-se na criação de uma presença efetiva em Bruxelas, com a criação do INESC-HUB, com custos partilhados entre as instituições do universo INESC (INESC-MN, INOV, INESC-TEC e INESC Coimbra). Mais recentemente, foi também estabelecido o consórcio INESC-Lisboa, juntando os institutos da esfera INESC sediados em Lisboa (INESC-ID, INOV e INESC-MN), e com a finalidade de potenciar sinergias nas áreas da investigação, desenvolvimento e inovação.

Alinhado com este esforço de consolidação e expansão da sua atividade, o INESC-ID tem vindo a apostar na integração de investigadores especialmente qualificados (PhD) em áreas determinantes para firmar os objetivos de crescimento definidos. Durante o ano de 2022, apostou na contratação de uma investigadora (PhD) com a tarefa de identificar, promover e agilizar a participação em consórcios com maior potencial ganhador de projetos europeus. Contratou também um investigador (PhD) para gerir e assegurar as tarefas de comunicação institucional e divulgação. Atendendo às oportunidades proporcionadas pelo financiamento proveniente dos projetos PRR, bem como à necessidade de adaptar o exercício às regras específicas deste programa de financiamento, esta equipa foi ainda reforçada com a contratação de mais uma investigadora (PhD) com a tarefa de garantir uma interface ágil e eficiente entre as equipas dos projetos PRR e a respetiva agência financiadora (IAPMEI).

JF
h
D
N
S

Contudo, este ciclo de crescimento tem vindo a ser sujeito a diversos fatores nos contextos social, económico e político. Ultrapassada a situação pandémica declarada em março de 2020, cujas consequências económicas foram particularmente sentidas em 2021 (e alastradas a 2022), as dificuldades entretanto observadas na aquisição de equipamentos e matérias primas (particularmente sentidas nos mercados tecnológicos), agravadas pelo escalar da taxa de inflação a nível global, e pelas repercussões económicas (e não só) da guerra na Ucrânia e que fazem-se hoje sentir em toda a Europa têm introduzido um impacto muito significativo na atividade do INESC-ID. Se na economia estes impactos são inevitavelmente negativos e de grande dimensão, já na atividade de I&D os atrasos afetam especialmente a execução de projetos e introduzem incerteza na evolução dos fundos disponíveis para os próximos programas-quadro. Felizmente, estes impactos têm vindo a ser contrapostos com novas oportunidades de projetos competitivos em diversas áreas emergentes e da esfera de intervenção do INESC-ID, como sejam as áreas da saúde, da inteligência artificial, e da aceleração da digitalização da economia.

Não obstante os fatores de incerteza em relação à situação atual, o INESC-ID tem preservado as suas características próprias, permitindo manter um moderado otimismo em relação ao futuro, muito graças à solidez da sua situação financeira, que lhe permite encarar com alguma confiança os impactos negativos desta crise até à (total) retoma da economia. Apesar destas limitações e restrições de natureza económica, os investigadores do INESC-ID têm mantido uma dinâmica e um esforço muito significativo na procura de financiamento (competitivo e não só).

6 Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos que os resultados apurados no exercício de 2022, no montante de 15.358 euros (quinze mil, trezentos e cinquenta e oito euros), transitem para adequada conta de Resultados Transitados, após a constituição da Reserva Legal no montante de 768 euros (setecentos e sessenta e oito euros).

7 Considerações Finais

No final deste exercício cumpre expressar profundo agradecimento a todos os que depositaram confiança no INESC-ID e, em especial: aos seus associados (o Instituto Superior Técnico e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), às entidades financiadoras, aos investigadores, bolseiros e colaboradores, assim como aos restantes órgãos do INESC-ID, que têm proporcionado um crescimento, em qualidade e quantidade, da atividade da instituição.

Lisboa, 27 de março de 2022.

A Direção

Maria Inês Comoste de Campos Lynce de Faria

Prof^a. Doutora Maria Inês de Campos Lynce de Faria



Prof. Doutor João Paulo Baptista de Carvalho



Prof^a Doutora Susana de Almeida Mendes Vinga Martins



Prof. Doutor Miguel Nuno Dias Alves Pupo Correia



Prof. Doutor Nuno Filipe Valentim Roma

uf
me
R.
n.º
87.

8 Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados Por Naturezas

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

JUF
 M
 D
 NB
 Sr.

Balanço

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

ATIVO	Notas	(Montantes expressos em Euros)	
		2022	2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	366 474	314 351
Ativos intangíveis	7	-	273
Participações financeiras	8	63 057	60 486
Outros investimentos		9 783	36 873
Total do ativo não corrente		439 314	411 983
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	10	190 836	254 459
Estado e outros entes públicos	11	253 583	220 468
Outros créditos a receber	10	2 220 955	2 641 124
Diferimentos	12	25 444	12 662
Caixa e depósitos bancários	4	5 135 455	3 271 945
Total do ativo corrente		7 826 273	6 400 658
Total do ativo		8 265 587	6 812 641
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	13	498 798	498 798
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	14	125 000	250 000
Reserva legal	15	42 538	39 853
Resultados transitados	17	387 441	336 434
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	107 644	190 755
		1 161 421	1 315 840
Resultado líquido do exercício		15 358	53 692
Total dos fundos patrimoniais		1 176 779	1 369 532
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	18	656 717	641 148
Total do passivo não corrente		656 717	641 148
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	19	397 145	181 853
Estado e outros entes públicos	11	129 477	52 979
Outras dívidas a pagar	19	1 980 325	1 201 168
Diferimentos	12	3 925 144	3 365 961
Total do passivo corrente		6 432 091	4 801 961
Total do passivo		7 088 808	5 443 109
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 265 587	6 812 641

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2022.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91565

Janice Paula Lourenço

A DIREÇÃO

Novo Alípio Veloso

Ass. M. R. R. R. R.
 Mestre de Artes e Ofícios, S. R. L.
 Pag. 14/38

Inf
M
n de
S.

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	(Montantes expressos em Euros)	
		2022	2021
Serviços prestados	22	759 954	730 141
Subsídios à exploração	23	4 030 660	3 933 726
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	-	40 000
Fornecimentos e serviços externos	24	(2 140 697)	(1 817 433)
Gastos com o pessoal	25	(2 630 945)	(2 905 219)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	10	(41 000)	53 590
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis ((perdas)/reversões)	8	-	20 000
Provisões ((constituições) / reversões)	18	(15 569)	(775)
Outros rendimentos	26	423 329	406 061
Outros gastos	27	(133 719)	(125 079)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		252 013	335 012
Gastos de depreciação e de amortização	30	(233 833)	(275 777)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis ((perdas) / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 180	59 235
Juros e rendimentos similares obtidos	28	3 102	595
Juros e gastos similares suportados	29	(5 690)	(5 628)
Resultado antes de impostos		15 592	54 202
Impostos sobre o rendimento do exercício	9	(234)	(510)
Resultado líquido do exercício		15 358	53 692
Resultado por unidade de participação	32	153,58	536,92

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91565

Janice Paula Rocha

A DIREÇÃO

*Maria Inês Comoste
de Caspary Lynce de Souza*
[Signature]
Nuno Filipe Valente
Presidente do Conselho de Administração



M JUF
Ri
M. M. S.

Demonstrações de Alterações de Fundos Patrimoniais

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Notas	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais					Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 16)		(Montantes expressos em Euros)	
		Fundos (Nota 13)	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais (Nota 14)	Reserva legal (Nota 15)	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais (Nota 16)	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais		
Saldo em 1 de janeiro de 2021		498 798	250 000	37 752	298 510	179 236	40 025	1 304 321		
Operações e alterações no exercício:										
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	17	-	-	2 101	37 924	-	(40 025)	-		
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	11 519	-	11 519		
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021		-	-	-	-	-	53 692	53 692		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		498 798	250 000	39 853	336 434	190 755	53 692	1 369 532		
Operações e alterações no exercício:										
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021	17	-	-	2 685	51 007	-	(53 692)	-		
Restituição de prestações acessórias	14	-	(125 000)	-	-	-	-	(125 000)		
Subsídios ao investimento	16	-	-	-	-	(83 111)	-	(83 111)		
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022		-	-	-	-	-	15 358	15 358		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		498 798	125 000	42 538	387 441	107 644	15 358	1 176 779		

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91565

Janice Rubeloboa

A DIREÇÃO

*Monza Dias Comissário de Contas
Luis de Fátima
Nuno Filipe Valente
Paulo W. R. M. K. S.
Fátima de Almeida*

UF
M
D
R
S.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		864 577	673 597
Recebimentos de subsídios à exploração		4 862 102	3 542 189
Pagamentos a fornecedores		(1 202 076)	(1 758 252)
Pagamentos ao pessoal		(2 740 554)	(2 902 682)
Fluxos gerados pelas operações		1 784 049	(445 148)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(510)	(204)
Outros recebimentos		274 874	313 975
Fluxos das atividades operacionais [1]		2 058 412	(131 377)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis		(129 134)	(246 947)
Participação financeira	8	(2 571)	-
		(131 705)	(246 947)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídio ao investimento	16	61 016	238 935
Juros e rendimentos similares		3 102	595
Dividendos	8	-	40 000
		64 118	279 530
Fluxos das atividades de investimento [2]		(67 586)	32 583
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(2 316)	(2 450)
Prestações acessórias		(125 000)	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(127 316)	(2 450)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		1 863 510	(101 244)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	3 271 945	3 373 189
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	5 135 455	3 271 945

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91565

Janic Paubroche

A DIREÇÃO

Maria Inês Composto de Campos

Nuno Filipe Vuleta

DF
We
P
N/A
87

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa ("Instituto" ou "INESC ID") é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, constituída em janeiro de 2000, que tem como atividade principal a investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da inovação tecnológica e a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições universitárias ou não universitárias.

Na sequência de uma proposta submetida em novembro de 2004 e ao abrigo do Decreto – Lei nº 125/99 de 20 de abril, foi atribuído ao Instituto o estatuto de Laboratório Associado. Com a atribuição deste estatuto por despacho do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o Instituto assumiu novos compromissos relacionados com a prossecução de atividades em diversas áreas, das quais se destacam a investigação em tecnologias de ponta em desenvolvimento de software e hardware.

O Instituto é detido em 51% pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa ("IST") e 49% pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas conjuntamente por estas duas entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL"), e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

Estas alterações entraram em vigor em 1 de janeiro de 2016, sendo de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após aquela data.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

(Montantes expressos em Euros)

A Direção procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. As perdas estimadas na sua realização, quando estimadas, são registadas na demonstração dos resultados no período em que ocorrem. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

IU
We
12
nt
82

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, em 3 anos. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Loações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.7. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

114
115
116
117
118
119
120

3.8. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram fatos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança destes valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

Subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Subsídios à exploração:

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do exercício em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se no passivo (Diferimentos) os adiantamentos e no ativo (Outros créditos a receber) os montantes a receber.

3.9. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"). Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

(Montantes expressos em Euros)

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

Inf
me
12/19
87.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'W', 'D.', 'N.E.', and 'S.'.

Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros classificados são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As

(Montantes expressos em Euros)

alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

- Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração, é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.15. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de “Caixa e depósitos bancários” do balanço era como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos à ordem	1.535.455	1.171.945
Depósitos a prazo (a)	3.600.000	2.100.000
Caixa e depósitos bancários	<u>5.135.455</u>	<u>3.271.945</u>

- (a) Os depósitos a prazo cujo vencimento seja superior a três meses a contar da data de balanço, podem ser mobilizados em qualquer momento sem perda de valor para o Instituto e, são remunerados a taxas normais de mercado para operações similares.

me
12:
n.º
p.

(Montantes expressos em Euros)

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2022			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:				
Saldo inicial	2.987.925	105.062	-	3.092.987
Aquisições	148.822	7.442	129.419	285.683
Abates	(1.984.463)	(75.704)	-	(2.060.167)
Saldo final	1.152.284	36.800	129.419	1.318.503
Depreciações:				
Saldo inicial	2.682.265	96.370	-	2.778.635
Depreciações do exercício (Nota 30)	226.669	6.891	-	233.560
Abates	(1.984.463)	(75.704)	-	(2.060.167)
Saldo final	924.471	27.557	-	952.028
Ativo líquido	227.812	9.243	129.419	366.474

	2021		Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	
Ativo bruto:			
Saldo inicial	2.744.931	104.513	2.849.444
Aquisições	242.994	549	243.543
Saldo final	2.987.925	105.062	3.092.987
Depreciações:			
Saldo inicial	2.410.832	92.418	2.503.250
Depreciações do exercício (Nota 30)	271.433	3.952	275.385
Saldo final	2.682.265	96.370	2.778.635
Ativo líquido	305.659	8.692	314.351

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento básico" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, corresponde, essencialmente, à aquisição de equipamentos informáticos, no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa.

Durante o exercício de 2022 a Empresa procedeu ao abate de um conjunto de bens que se encontravam totalmente depreciados.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	2022	
	Programas de computador	Total
Ativo bruto:		
Saldo inicial	34.102	34.102
Abates	(32.502)	(32.502)
Saldo final	1.600	1.600
Amortizações:		
Saldo inicial	33.829	33.829
Abates	(32.502)	(32.502)
Amortizações do exercício (Nota 30)	273	273
Saldo final	1.600	1.600
Ativo líquido	-	-
	2021	
	Programas de computador	Total
Ativo bruto:		
Saldo inicial	33.447	33.447
Adições	655	655
Saldo final	34.102	34.102
Amortizações:		
Saldo inicial	33.437	33.437
Amortizações do exercício (Nota 30)	392	392
Saldo final	33.829	33.829
Ativo líquido	273	273

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	2022			
	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	Valor da participação em balanço
INOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias ("INOV")	5%	33.486	-	33.486
Petsys, S.A	6%	23.310	(23.310)	-
Voiceinteraction, S.A	20%	20.000	-	20.000
Neutralshift, Deep Learning Services, Lda.	4,7%	2.571	-	2.571
SiliconGate, Lda.	2%	1.000	-	1.000
Smart	6%	6.000	-	6.000
		86.367	(23.310)	63.057

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	2021			Valor da participação em balanço
	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas de imparidade	
NOV INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias ("INOV")	5%	33.486	-	33.486
Petsys, S.A.	6%	23.310	(23.310)	-
Voiceinteration, S.A.	20%	20.000	-	20.000
SiliconGate, Lda.	2%	1.000	-	1.000
Smart	6%	6.000	-	6.000
		<u>83.796</u>	<u>(23.310)</u>	<u>60.486</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de "Participações financeiras", foi o seguinte:

Rubricas	2022			
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	Saldo final
NOV	33.486	-	-	33.486
Petsys, S.A.	23.310	-	-	23.310
Voiceinteration, S.A.	20.000	-	-	20.000
SiliconGate	1.000	-	-	1.000
Neutralshift	-	2.571	-	2.571
Smart	6.000	-	-	6.000
	<u>83.796</u>	<u>2.571</u>	<u>-</u>	<u>86.367</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Petsys, S.A.	(23.310)	-	-	(23.310)
	<u>(23.310)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.310)</u>
	<u>60.486</u>	<u>2.571</u>	<u>-</u>	<u>63.057</u>
Rubricas	2021			
	Saldo inicial	Aquisição/ alienação	Reversão de Imparidade	Saldo final
NOV	33.486	-	-	33.486
Magnomics, Lda.	11.944	(11.944)	-	-
Coreworks, S.A.	18.500	(18.500)	-	-
Petsys, S.A.	23.310	-	-	23.310
Voiceinteration, S.A.	20.000	-	-	20.000
NWC Network Concept, Lda.	12.000	(12.000)	-	-
SiliconGate	1.000	-	-	1.000
Smart	6.000	-	-	6.000
	<u>126.240</u>	<u>(42.444)</u>	<u>-</u>	<u>83.796</u>
Ajustamentos por perdas por imparidade:				
Magnomics, Lda.	(11.944)	11.944	-	-
Coreworks, S.A.	(18.500)	18.500	-	-
Petsys, S.A.	(23.310)	-	-	(23.310)
NWC Network Concept, Lda.	(12.000)	12.000	-	-
Voiceinteration, S.A.	(20.000)	-	20.000	-
	<u>(85.754)</u>	<u>42.444</u>	<u>20.000</u>	<u>(23.310)</u>
	<u>40.486</u>	<u>-</u>	<u>20.000</u>	<u>60.486</u>

(Montantes expressos em Euros)

A participação financeira na Petsys, S.A, encontra-se diminuída por perdas por imparidade, dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

A participação financeira na Voiceinteraction, S.A encontrava-se diminuída por perda por imparidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo a mesma sido revertida em 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Instituto recebeu dividendos da sua participação financeira na Voiceinteraction, S.A. no montante de 40.000 Euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as sociedades Coreworks, S.A., NWC Net Concept, Lda. e Magnomics, Lda. foram dissolvidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Instituto procedeu à aquisição de uma participação financeira na Neutralshift, Deep Learning Servics, Lda. ("Neutralshift").

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC ID encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do IRC, o INESC ID encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ascenderam a 234 Euros e 510 Euros, respetivamente (Nota 11).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do INESC ID dos exercícios de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2022		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	328.441	(137.605)	190.836
	<u>328.441</u>	<u>(137.605)</u>	<u>190.836</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios a receber	3.339.569	(1.173.700)	2.165.869
Adiantamentos a fornecedores	10.354	-	10.354
Outros devedores - gerais	44.732	-	44.732
	<u>3.394.655</u>	<u>(1.173.700)</u>	<u>2.220.955</u>
	<u>3.723.096</u>	<u>(1.311.305)</u>	<u>2.411.791</u>

(Montantes expressos em Euros)

	2021		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes:			
Clientes gerais	437.988	(183.529)	254.459
	<u>437.988</u>	<u>(183.529)</u>	<u>254.459</u>
Outros créditos a receber:			
Subsídios a receber	3.708.818	(1.132.700)	2.576.118
Adiantamentos a fornecedores	17.656	-	17.656
Outros devedores - gerais	47.350	-	47.350
	<u>3.773.824</u>	<u>(1.132.700)</u>	<u>2.641.124</u>
	<u>4.211.812</u>	<u>(1.316.229)</u>	<u>2.895.583</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Clientes inclui saldos com partes relacionadas no montante de 616 Euros e 1.968 Euros (Nota 31).

Os subsídios a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam aos montantes a receber referentes aos subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento. As perdas por imparidade registadas correspondem à melhor estimativa da Direção do Instituto para parcelas que não serão recebidas.

O movimento das perdas por imparidade acumuladas para contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi como segue:

Descrição	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Utilizações	
Clientes	(183.529)	-	45.924	(137.605)
Outros créditos a receber	(1.132.700)	(41.000)	-	(1.173.700)
	<u>(1.316.229)</u>	<u>(41.000)</u>	<u>45.924</u>	<u>(1.311.305)</u>

Descrição	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	
Clientes	(147.119)	(36.410)	-	(183.529)
Outros créditos a receber	(1.222.700)	-	90.000	(1.132.700)
	<u>(1.369.819)</u>	<u>(36.410)</u>	<u>90.000</u>	<u>(1.316.229)</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Ativo:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a)	<u>253.583</u>	<u>220.468</u>
Passivo:		
IRC:		
Estimativa de imposto (Nota 9)	234	510
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	15.045	21.747
Contribuições para a Segurança Social	22.029	30.061
Imposto sobre o Valor Acrescentado	91.699	-
Outras tributações	470	661
	<u>129.477</u>	<u>52.979</u>

(Montantes expressos em Euros)

- (a) O valor de Imposto sobre o Valor Acrescentado, respeita a imposto a recuperar, resultante de aquisições de bens e serviços no âmbito da atividade de investimento e de investigação do Instituto e para o qual, em exercícios anteriores, foram solicitados reembolsos, pendentes de pagamento (Nota 18).

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas do ativo e passivo corrente "Diferimentos" tinham a seguinte composição:

	2022	2021
<u>Ativo:</u>		
Outros	25.444	12.662
<u>Passivo:</u>		
Subsídios à exploração	3.336.055	2.965.157
Outros	589.089	400.804
	<u>3.925.144</u>	<u>3.365.961</u>

13. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100 unidades de participação com o valor nominal de 4.987,98 Euros cada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fundos do Instituto estavam repartidos pelas seguintes entidades:

	%	Montante
IST	51%	254.387
INESC	49%	244.411
	<u>100%</u>	<u>498.798</u>

14. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações suplementares concedidas pelo INESC. O Instituto segue o estipulado na legislação comercial, equiparando as mesmas ao regime de reembolso das prestações suplementares dado que não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido e o seu reembolso só pode ser efetuado quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma do fundo e da reserva legal.

Durante o exercício de 2022 foram restituídos 125.000 Euros associados a prestações acessórias.

15. RESERVA LEGAL

O Instituto segue o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Instituto, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada nos fundos.

16. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

(Montantes expressos em Euros)

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" apresentou o seguinte movimento:

	Outras variações nos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2021	179.236
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(227.434)
Subsídios obtidos	238.953
Saldo em 31 de dezembro de 2021	190.755
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(144.127)
Subsídios obtidos	61.016
Saldo em 31 de dezembro de 2022	107.644

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

De acordo com a Assembleia Geral de 31 de março de 2022, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2022, disponível para aplicação, de 53.692 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	2.685
Resultados transitados	51.007
	53.692

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

De acordo com a Assembleia Geral de 21 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício findo a 31 de dezembro de 2021, disponível para aplicação, de 40.025 Euros, foi aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	2.101
Resultados transitados	37.924
	40.025

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor das provisões tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579.327	579.327
Outras provisões	77.390	61.821
	656.717	641.148

(Montantes expressos em Euros)

Na sequência de revisões efetuadas pelas autoridades fiscais ao Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos exercícios de 2003 a 2005, o Instituto foi, no decurso de 2007 e 2008, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 125.000 Euros e 337.000 Euros. Em exercícios anteriores, o Instituto procedeu ao pagamento parcial daquelas liquidações, no montante de, aproximadamente, 155.000 Euros e reconheceu provisões relacionadas com os riscos fiscais associados, no montante de aproximadamente, 579.000 Euros, tendo, no entanto, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal, as quais se encontram em curso, no Tribunal Administrativo e Fiscal, sem que a esta data tenha havido qualquer decisão sobre as mesmas.

No decurso de 2019, o INESC ID foi objeto de uma inspeção tributária, referente a atos de correção de valores de crédito de IVA reportados a períodos seguintes e que vieram a ser objeto de liquidação/compensação de imposto de 2006 a 2016. Na sequência da inspeção o Instituto foi, no decurso de 2019, notificado para proceder a liquidações adicionais nos montantes de, aproximadamente, 216.000 Euros, e de correções no montante de 454.597 Euros. Até 31 de dezembro de 2019, o Instituto procedeu ao pagamento daquela liquidação, tendo, no entanto, apresentado recurso para o Tribunal Arbitral por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal ("AT"). Em fevereiro de 2020 foi emitido o acórdão do CAAD de Lisboa, que julgou procedentes, numa percentagem de 95,11%, as impugnações apresentadas pelo INESC ID, anulando as liquidações adicionais e parte das correções efetuadas pela AT, não tendo havido recurso desta decisão por parte da AT. No decurso de 2020 a AT procedeu à execução do Acórdão do CAAD, tendo sido devolvidos ao Instituto os valores das liquidações adicionais, juros de mora, valores de IVA a reportar, e reembolsadas as custas do processo, em conformidade com a pronúncia arbitral do CAAD.

Adicionalmente, no decurso de 2022, o INESC ID foi objeto de uma inspeção tributária, referente a IVA reportado de 2017 a 2019. Na sequência da inspeção o Instituto foi, durante o exercício de 2022, notificado para proceder a correções nos montantes de, aproximadamente, 100.000 Euros, 105.000 Euros e 7.800 Euros, respetivamente. Até 31 de dezembro de 2022, o Instituto procedeu ao encontro de contas com a inspeção tributária das correções de 2017 e 2018, tendo, no entanto, à semelhança de em situações anteriores, procedido à apresentação de impugnações judiciais por desacordo dos fundamentos técnicos apresentados pela Administração Fiscal.

Durante o exercício de 2021 e início de 2022 foi proferida sentença pelo Tribunal Tributário de Lisboa relativa aos processos de IVA referentes aos exercícios de 2003 a 2005, a qual foi substancialmente favorável ao INESC ID. Desta decisão foi interposto recurso pela AT e apresentadas contra-alegações pelo INESC ID.

O movimento das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi como segue:

Descrição	2022		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579.327	-	579.327
Outras provisões	61.821	15.569	77.390
	<u>641.148</u>	<u>15.569</u>	<u>656.717</u>
Descrição	2021		
	Saldo inicial	Reforços	Saldo final
Imposto sobre o Valor Acrescentado	579.327	-	579.327
Outras provisões	61.046	775	61.821
	<u>640.373</u>	<u>775</u>	<u>641.148</u>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o balanço inclui um ativo relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), no montante de 253.583 Euros e de 220.468 Euros (Nota 11).

19. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores:		
Gerais	90.677	67.243
Partes relacionadas (Nota 31)	127.035	91.725
Fornecedores de investimento	179.433	22.884
	<u>397.145</u>	<u>181.853</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar (a)	529.967	579.021
Outros acréscimos (b)	254.345	98.697
Outras dívidas a pagar (c)	1.196.013	523.450
	<u>1.980.325</u>	<u>1.201.168</u>
	<u>2.377.470</u>	<u>1.383.021</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de acréscimos de gastos de remunerações a liquidar, inclui a estimativa de prémios a pagar a bolsеiros e investigadores, no montante de, aproximadamente, 385.000 Euros e 410.000 Euros, respetivamente (Nota 31).
- (b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de outros acréscimos de gastos, inclui a um saldo com partes relacionadas nos montantes de 190.556 Euros e 57.000 Euros, respetivamente (Nota 31).
- (c) Na rubrica de "Outras dívidas a pagar", em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão incluídos 1.169.000 Euros e 502.000 Euros, respetivamente, a entregar a parceiros de projetos nos quais o Instituto é o coordenador e o representante perante a entidade financiadora.

20. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 336.000 Euros. As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações sem período definido, sendo expectável que o valor das rendas se mantenha nos próximos 5 anos em valores similares aos de 2022 e 2021.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 322.777 Euros e 325.906 Euros, respetivamente.

21. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto tinha solicitado a prestação de uma garantia bancária a favor da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, relacionada com as liquidações efetuadas pelas autoridades fiscais, em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), dos exercícios de 2004 e 2005, no montante de 359.327 Euros (Nota 18).

(Montantes expressos em Euros)

22. RÉDITO

As prestações de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram integralmente realizadas no mercado nacional e tinham o seguinte detalhe:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prestações de serviços	<u>759.954</u>	<u>730.141</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram prestados serviços a partes relacionadas, nos montantes de 4.881 Euros e 45.624 Euros, respetivamente (Nota 31).

23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica "Subsídios à exploração", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Projetos nacionais	2.877.079	2.809.660
Projetos europeus	1.153.581	1.124.066
	<u>4.030.660</u>	<u>3.933.726</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Direção do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, considerando as perdas por imparidade registadas nas mesmas (Nota 10).

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Trabalhos especializados	885.755	997.501
Rendas e alugueres	322.777	325.906
Conferências	14.949	112.643
Honorários	128.049	104.678
Deslocações e estadas	512.441	98.078
Ferramentas e utensílios	42.768	55.444
Componentes	28.032	15.692
Livros e documentação técnica	4.769	5.526
Comunicação	6.860	4.516
Outros	194.297	97.449
	<u>2.140.697</u>	<u>1.817.433</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram obtidos serviços de partes relacionadas, no montante de 1.100.811 Euros e 1.240.792 Euros, respetivamente (Nota 31).

JUF
 we
 D.
 17/13
 86

(Montantes expressos em Euros)

25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações	1.149.147	1.410.597
Bolsas	1.129.327	1.080.733
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	257.848	316.225
Seguros	53.765	48.688
Prémios, bónus e gratificações	10.000	10.000
Indemnizações	29.700	37.047
Outros	1.158	1.929
	<u>2.630.945</u>	<u>2.905.219</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto reconheceu os montantes de 175.617 Euros e 161.241 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 31).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 37 e 45 empregados, respetivamente.

O INESC ID tem por procedimento atribuir prémios anuais aos seus empregados, bolseiros e investigadores. O valor total anual destes prémios depende do desempenho das pessoas e do volume de horas de dedicação, sendo este último critério aplicável aos bolseiros e investigadores.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Conferências realizadas	41.996	123.363
Doações	167.396	-
Subsídios ao investimento (Nota 16)	144.127	227.434
Outros	69.810	55.264
	<u>423.329</u>	<u>406.061</u>

27. OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros gastos", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinha a seguinte composição:

	2022	2021
Inscrições	42.902	35.143
Quotizações	22.341	26.107
Outros	68.476	63.829
	<u>133.719</u>	<u>125.079</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram registados outros gastos referentes a partes relacionadas, no montante de 28.888 Euros e 30.399 Euros, respetivamente (Nota 31).

(Montantes expressos em Euros)

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascenderam a 3.102 Euros e 595 Euros, respetivamente, e respeitam à remuneração sobre depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, remuneradas a taxas normais de mercado para operações similares.

29. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascenderam 5.690 Euros e 5.628 Euros, respetivamente.

30. DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

As rubricas de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tinham a seguinte composição:

	2022	2021
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	233.560	275.385
Ativos intangíveis (Nota 7)	273	392
	<u>233.833</u>	<u>275.777</u>

31. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2022			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	2.455	341.030	146.170	1.110
INOV INESC Inovação	2.426	78.387	29.447	-
INESCTEC	-	38.662	-	-
Instituto Superior Técnico ("IST")	-	642.732	-	27.778
	<u>4.881</u>	<u>1.100.811</u>	<u>175.617</u>	<u>28.888</u>
	2021			
	Serviços prestados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Outros gastos (Nota 27)
INESC	(41.650)	343.072	130.062	1.250
INOV INESC Inovação	-	24.578	31.179	-
INESC MN	(3.974)	-	-	-
INESCTEC	-	32.518	-	-
Instituto Superior Técnico ("IST")	-	840.624	-	29.149
	<u>(45.624)</u>	<u>1.240.792</u>	<u>161.241</u>	<u>30.399</u>

JLF
W
D:
87.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, cedências de meios humanos e gastos administrativos.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2022		
	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Cientes (Nota 10)
INESC	-	38.432	616
INOV	-	88.603	-
IST	575.556	-	-
INESC MN	-	-	-
	<u>575.556</u>	<u>127.035</u>	<u>616</u>

	2021		
	Outras dívidas a pagar (Nota 19)	Fornecedores (Nota 19)	Cientes (Nota 10)
INESC	-	62.516	-
INOV	-	28.696	-
IST	467.000	513	-
INESC MN	-	-	1.968
	<u>467.000</u>	<u>91.725</u>	<u>1.968</u>

32. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado como segue:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	15.358	53.692
Número de unidades de participação (Nota 13)	100	100
Resultado por unidade de participação básico	<u>153,58</u>	<u>536,92</u>

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado por unidade de participação básico é igual ao resultado por unidade de participação diluído.

A CONTABILISTA CERTIFICADA
(Nº 91 565)

Janice Paula Rocha

A DIREÇÃO

Maria Inês Comasote de Campos Lince de Faria
L. L. L.
Nov. Felipe Vales Rios
por um m. m. h.
Financeiro de A.W. de R. V. J.

IF
~~W~~
R
R
S

9 Relatórios de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Relatório de Auditoria

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

Inesc ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 os quais são da responsabilidade da Direção.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Inesc ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido da Direção e dos diversos serviços do Instituto as informações e os esclarecimentos solicitados.

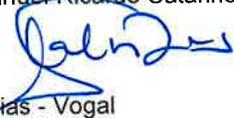
No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2022 preparado pela Direção e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas, a cujo teor damos a nossa concordância.

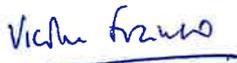
Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 31 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

João Manuel Ricardo Catarino - Presidente


Isabel Dias - Vogal


Victor Domingos Seabra Franco

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal
Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432
ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1361, 5.º
4100-130 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (Instituto) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.265.587 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.176.779 euros, incluindo um resultado líquido de 15.538 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de março de 2023



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC Nº 432

ROC registado na CMVM com o n.º 20160133

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC ID – Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 8.265.587 Euros e fundos patrimoniais de 1.176.779 Euros, incluindo um resultado líquido de 15.358 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

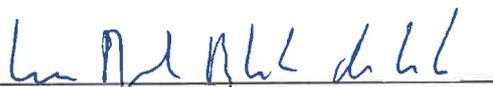
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;

4

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 31 de março de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC
Registo na OROC n.º 1602
Registo na CMVM n.º 20161212